

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA -
FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOONES VANDERLEI KOTTWITZ

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DO
RAMO PETROLÍFERO LISTADAS NA BM&FBOVESPA: UMA ABORDAGEM
APÓS A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL**

DOURADOS/MS

2011

JOONES VANDERLEI KOTTWITZ

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DO
RAMO PETROLÍFERO LISTADAS NA BM&FBOVESPA: UMA ABORDAGEM
APÓS A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª Dra Letícia de Oliveira

Dourados/MS

2011

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar um agradecimento às pessoas que me apoiaram nesta monografia.

Aos meus pais, irmãos e minha namorada, Geisiane, obrigado pelo incentivo e animação.

Agradeço as professoras Maria Aparecida, Cristiane Hupples e em especial a minha orientadora Letícia de Oliveira, que de alguma forma influenciaram na conclusão deste trabalho.

Por último, agradeço o apóio do CNPq, que através de recursos financeiros, possibilitou a base de dados econômica.

Dourados/MS, 05 de Dezembro de 2011.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Joones Vanderlei Kottwitz, encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Dra. Letícia de Oliveira
Professora Orientadora

RESUMO

Inúmeros são os benefícios da convergência contábil. Dentre eles estão: a participação e acesso mais fácil ao mercado de capitais globalizados, redução de custos de captação e financiamento, uma melhor comparabilidade da informação contábil, maior confiança de investidores externos e maior transparência e credibilidade do mercado financeiro. O presente trabalho utilizou-se de uma amostra de quatro empresas do ramo petrolífero, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo/SP, pertencentes ao novo mercado da BM&FBOVESPA. Para tal pesquisa, buscaram-se informações nas demonstrações financeiras publicadas no período de 2005 a 2010. Analisados individualmente esses relatórios anuais, procurou-se identificar as alterações provocadas pelas normas internacionais de contabilidade no que se refere ao reconhecimento de passivo e patrimônio líquido, que influenciaram na estrutura de capital das empresas em questão. Concluiu-se assim, que a maioria das empresas pouco utilizou as novas recomendações em suas demonstrações, algumas declaram tais mudanças somente em notas explicativas no ano 2010.

Palavras-Chave: Estrutura de Capital. Convergência Contábil. Normas Internacionais de Contabilidade.

ABSTRACT

There are countless benefits of accounting convergence. Among them are: participation and easier access to capital markets globalized, reducing borrowing costs and financing, for better comparability of accounting information, the greater confidence of foreign investors and transparency and credibility of the financial market. This work made use of a sample of four companies in the oil business, listed on the Stock Exchange of São Paulo / SP, belonging to the BM&FBOVESPA. For this survey, information was sought on the financial statements published in the period 2005 to 2010. Taken individually these annual reports, we sought to identify changes caused by the international accounting standards regarding the recognition of liabilities and equity, which influence the capital structure of the companies concerned. It was concluded therefore that most companies just use the new recommendations in their statements, some claim these changes only in the notes in 2010.

Keywords: Capital Structure. Accounting Convergence. International Accounting Standards.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CFC– Conselho Federal de Contabilidade

CPC– Comitê de Pronunciamentos Contábeis

AGE– Assembléia Geral Extraordinária

CVM– Comissão de Valores Mobiliários

BACEN– Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DUPLS - Duplicatas

FGTS– Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IASB– *International Accounting Standards Board*

IBRACON– Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ICMS– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFRIC– *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IFRS– *International Financial Reporting Standards*

INSS– Instituto Nacional do Seguro Social

IPI– Imposto sobre Produtos Industrializados

IR– Imposto de Renda

PIS– Programa de Integração Social

SIC– *Standing Interpretations Committee*

SUSEP– Superintendência de Seguros Privados

STN– Secretaria do Tesouro Nacional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas emitidas pelo IAS (normas publicada antes de 2001).....	13
Quadro 2 – Normas emitidas pelo IFRS (normas publicadas depois de 2001).....	14
Quadro 3 – Balanço Patrimonial segundo a lei 6.404/76.....	18
Quadro 4 – Balanço Patrimonial segundo a lei 11.638/07 e 11.941/09.....	19
Quadro 5 – Resumo da Aplicação das Normas.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Composição do Passivo da Vanguarda Agro S/A.....	25
Figura 2 – Composição do Passivo da HRT S/A.....	27
Figura 3 – Demonstração do lucro líquido da HRT S/A, antes e depois da adoção das IFRS.....	27
Figura 4 – Composição do Passivo da OGX S/A.....	28
Figura 5 – Diferença entre as reservas de lucro e de capital da OGX S/A, antes e depois das IFRS.....	29
Figura 6 – Composição do Passivo da OSX S/A.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2. OBJETIVOS.....	12
1.2.1. Objetivo Geral.....	12
1.2.2. Objetivos Específicos.....	12
1.3. JUSTIFICATIVA.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. BREVE HISTÓRICO DAS NORMAS INTERNACIONAIS.....	13
2.1.1. Estrutura conceitual da contabilidade internacional.....	14
2.1.2. Convergência contábil no Brasil.....	15
2.2. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	15
2.2.1. Passivo.....	16
2.2.1.1. Passivo circulante.....	17
2.2.1.2. Passivo não-circulante.....	17
2.2.1.3. Patrimônio Líquido.....	17
2.2.2. Resumo das principais mudanças.....	19
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	21
3.1. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS ANALISADAS.....	21
3.2. ETAPAS DO TRABALHO.....	24
3.2.1. Tipos de Estudo.....	24
3.2.2. Seleção da amostra.....	24
3.2.3. Procedimentos de coleta de dados.....	24
4. PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	24
4.1. TÉCNICAS DE ANÁLISE.....	25
4.2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4.2.1. Vanguarda Agro S/A.....	25
4.2.2. Hrt Participações em Petróleo S/A.....	26
4.2.3. Ogx Brasil S/A.....	28
4.2.4. Osx Petróleo e Gás Participações S/A.....	30
4.3. APLICAÇÕES DAS NOVAS NORMAS PELAS EMPRESAS.....	31
5. CONCLUSÃO.....	32
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a contabilidade brasileira passou por diversas e grandes reformulações, esta mudança se deve à necessidade de adequação às normas internacionais de contabilidade.

A alteração e revogação na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) e posterior edição da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 estabeleceram alterações sobre a matéria contábil e sobre as demonstrações contábeis, forçando as empresas a acelerarem o processo de convergência para o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade.

O processo de convergência contábil se inicia com os pronunciamentos do IAS, IFRS, SIC e IFRIC, que determinam as regras e princípios da contabilidade internacional. Tais pronunciamentos são publicados no *International Accounting Standards Board* (IASB) (SEGET, 2011).

No Brasil, segundo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2011):

O processo de regulamentação veio por meio do próprio conselho, que criou através da Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Este tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Criou-se também, através da Resolução CFC nº 1.103/2007, o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, integrado atualmente pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2007, com a publicação da Lei nº 11.638/2007, começa a convergência brasileira com os padrões internacionais. Em 2009, com a Resolução CFC nº 1.156/2009 e Lei nº 11.941/2009, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) devem seguir os padrões internacionais contidos nos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2001) (SEGET, 2011).

Ressalta-se que, no presente estudo, será avaliado o processo de transição para os padrões internacionais (Leis nº. 11.638/07 11.941/09 e CPCs) das empresas pesquisadas, uma vez que esta exigência passou a ser requerida, para os balanços consolidados, a partir de 2010.

O conjunto completo de IFRS deve ser observado pelas sociedades de grande porte. Já as pequenas e médias empresas estão sujeitas ao previsto na Resolução CFC 1.255/2009 a

qual criou a NBC T 19.41, que será de observância obrigatória a partir do exercício encerrado em 31/12/2010. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2011).

As principais mudanças se referem à nova estruturação do Balanço Patrimonial. Além desta, faz referência aos critérios de avaliação dos ativos e passivos, a publicação do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, dentre outros. (CVM, 2008)

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O problema da pesquisa, que orienta este trabalho, refere-se basicamente ao seguinte questionamento: Quais as alterações de reconhecimento de passivo e patrimônio líquido, que influenciaram a estrutura de capital das empresas do ramo petrolífero, pertencentes ao novo mercado da BM&FBovespa, após a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais de contabilidade?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar, comparar e identificar as alterações provocadas pelas normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de passivo e patrimônio líquido, que influenciaram a estrutura de capital das empresas do ramo petrolífero pertencentes ao novo mercado da BM&FBovespa.

1.2.2. Objetivos específicos

Com base nos objetivos específicos que se segue, pretende-se chegar à resposta para a problemática do trabalho:

- Identificar a estrutura de capital das empresas;
- Identificar as alterações no passivo e patrimônio líquido;
- Confrontar o antes e depois da convergência;
- Analisar as demonstrações individualmente e em conjunto.

1.3. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica por ser um assunto de grande importância que exalta as mudanças na contabilidade nacional para os padrões internacionais, tal assunto se torna obrigatório para contadores, estudantes, investidores, etc. Pois, trata de forma clara as principais mudanças nas demonstrações contábeis obrigatórias, a partir dos balanços de 201

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. BREVE HISTÓRICO DAS NORMAS INTERNACIONAIS

A convergência contábil teve início com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), em 1973, pelos organismos profissionais de contabilidade de 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido. A nova entidade foi criada com o objetivo de formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais, que possa ser mundialmente aceito. (IBRACON, 2001, p. 11-18).

Segundo MADEIRA (2004, p. 08), “os primeiros pronunciamentos contábeis emitidos pela IASC foram chamados de *International Accounting Standard* (IAS). Muitas normas do IAS, apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, ainda estão vigentes atualmente”. Algumas normas que dizem respeito ao trabalho estão descritas no quadro 1:

Quadro 1- Normas emitidas pelo IAS (normas publicadas antes de 2001)

Número	TEMA
IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras
IAS 7	Demonstração dos fluxos de caixa
IAS 32	Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação
IAS 34	Relatórios financeiros intermediários
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração

FONTE: Base no IASB 2011.

Em 1997, o IASC criou o SIC (*Standing Interpretations Committee*). Este consiste em um comitê técnico, dentro da estrutura do IASC responsável pela publicações de interpretações, cujo objetivo era responder as dúvidas de interpretações dos usuários.

Em 2001, o IASC criou o IASB (*International Accounting Standards Board*) para assumir as responsabilidades técnicas do próprio IASC. A criação do IASB teve objetivo de

melhorar a estrutura técnica de formulação e validação dos novos pronunciamentos internacionais a serem emitidas pelo IASB, criando um novo nome para os pronunciamentos, o IFRS (*International Financial Reporting Standard*).

Quadro 2 - Normas emitidas pelo IFRS, publicadas depois de 2001

Número	TEMA
IFRS 1	Primeira aplicação das normas internacionais de contabilidade.
IFRS 7	Instrumentos financeiros: Divulgações
IFRS 8	Segmentos operacionais
IFRS 9	Instrumentos financeiros. Substituirá IAS 39 a partir de 1 de janeiro de 2013

FONTE: Base no IASB 2011.

No fim de 2001, o nome do SIC (*Standing Interpretations Committee*), foi alterado para International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC). O IFRIC passou a ser responsável pela publicação, a partir de 2002, de todas as interpretações sobre o conjunto de normas internacionais. (IASB, 2011).

Em 31 de dezembro de 2008, encerrou-se o prazo do período de adaptação. E a partir de 2009, entrou em vigor as normas e padrões do IFRS, tornando-se estas obrigatórias para todas empresas de capital aberto e fechado, de médio e grande porte. (IASB, 2011).

2.1.1. Estrutura conceitual da Contabilidade internacional

Os princípios fundamentais da estrutura conceitual da Contabilidade Internacional não são uma norma internacional de contabilidade. Trata-se de uma descrição dos conceitos básicos, que devem ser respeitados na preparação e apresentação das demonstrações financeiras internacionais. (CPC, 2011).

Para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2009), é o processo que consiste em incorporar, ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado, um item que se enquadre na definição de um elemento, satisfazendo os critérios de reconhecimento.

Segundo informações de *International Financial Reporting Standards* (IFRS, 2009), os principais conceitos apresentados na Estrutura conceitual são:

- a) Os objetivos das demonstrações financeiras: dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas tomadas de decisão.

- b) Os pressupostos básicos: regime de competência e continuidade.
- c) As características qualitativas das demonstrações financeiras: clareza, relevância, confiabilidade, comparabilidade, equilíbrio entre custo e benefício na preparação das demonstrações financeiras.
- d) Os elementos das demonstrações financeiras: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração de fluxo de caixa, as notas e as divulgações, incluindo informações por segmento de negócio.
- e) Os critérios de reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas.
- f) Os princípios de avaliação dos elementos das demonstrações financeiras: custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente.

2.1.2. Convergência Contábil no Brasil

Segundo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2010), destacados no livro de pronunciamentos técnicos contábeis 2010, apresentam-se como obrigatórios, os seguintes demonstrativos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Período;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Políticas contábeis e outras notas explicativas.

Para facilitar a convergência no Brasil, o CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis) emitiu pronunciamentos e orientações técnicas.

2.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

A estrutura de capital de uma entidade é resultante de como esta financia suas atividades e de posterior alocação desses recursos aplicados, assim representando os bens, direitos e obrigações da entidade ou empresa. Os bens e direitos são os ativos e as obrigações são o passivo.

Para BATISTA *et al*, (2005, p. 1).

A estrutura de capital é uma área muito importante para tomada de decisão da empresa, tais decisões podem afetar diretamente o custo de capital, as decisões de investimento de capital assim como o valor de mercado das ações. Decisões inadequadas de estrutura de capital podem resultar em um elevado custo de capital, o que tornaria difícil encontrar investimentos aceitáveis. Boas decisões podem baixar o custo de capital, tornando mais fácil achar investimentos aceitáveis que podem aumentar a riqueza dos proprietários.

Para Oliveira e Antonialli (2004, p. 136).

A estrutura de capital é alcançada quando, até um determinado limite, o endividamento trouxesse ganho de valor para as empresas e, após esse limite, o endividamento se tornaria uma perda de valor. Para alcançar uma estrutura ótima de capital, deve-se empregar a teoria tradicional (que é a minimização do custo de capital empregado na empresa). Esta estrutura ótima de capital é conquistada por meio de uma combinação entre a utilização de capital de terceiros e o capital próprio com custo mínimo, quando os recursos de terceiros são mais baratos em função do menor risco que estes oferecem.

Para Sá (1995, p. 90), corrobora e distingue que:

Os capitais próprios podem ser fornecidos pelos sócios que compõem o capital social ou nominal, ou serem gerados dentro da empresa (lucros). Os capitais de terceiros derivam-se de empréstimos cujos efeitos são bens (fornecedores) ou dinheiro (financiadores).

Em outras palavras, os capitais próprios e os capitais de terceiros são demonstrados no balanço patrimonial e são registrados no patrimônio líquido (subdivididos em capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados) e no passivo exigível a longo prazo (empréstimos, financiamentos, etc.), respectivamente.

Desta forma, o passivo representa as obrigações e, o patrimônio líquido, as origens de recursos (as origens de recursos do passivo podem ser de recursos próprios ou de terceiros). Já o ativo representa todos os bens e direitos, assim representando todas as aplicações desses recursos na empresa. (PADOVEZE, 2010, p. 9).

Este estudo irá direcionar o foco para as contas do passivo, ou seja, Passivo Circulante, Passivo não-Circulante e Patrimônio Líquido, mas sem deixar de mencionar as mudanças também ocorridas no Ativo. Começar-se-á então pelo passivo, conforme segue abaixo.

2.2.1. Passivo

Ribeiro (2009), descreve que o passivo pode ser entendido, como parte do Balanço Patrimonial que evidencia as obrigações (dívidas da empresa para com terceiros) e o patrimônio líquido (dívida da empresa para com os sócios). As leis 11.638/07 e 11.941/09 estabelecem que o passivo seja classificado nos seguintes grupos: passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

2.2.1.1. Passivo Circulante

Segundo Assaf Neto (2010, p. 58).

No passivo circulante estão relacionados todas as obrigações em curto prazo da empresa, isto é, aquelas cujos vencimentos ocorrerão até o final do exercício social seguinte ao do encerramento do balanço, ou do ciclo operacional da empresa, se exceder a um ano, ou resumidamente, no passivo circulante é classificado as contas representativas das obrigações cujos vencimentos ocorram no exercício seguinte.

Ainda segundo (ASSAF NETO, 2010).

Normalmente, são classificadas como as obrigações operacionais da empresa (fornecedores, ordenados e salários etc.), as obrigações sociais da empresa (INSS, FGTS, PIS, ETC.) e as legais (IR, IPI, ICMS, ETC.), além de outras, tais como dividendos a serem pagos aos acionistas, financiamentos e empréstimos, recebimento adiantado de mercadorias de entrega futura (ou prestação de serviços).

2.2.1.2. Passivo não-circulante

Segundo (RIBEIRO, 2010).

No passivo não-circulante, os subgrupos são os mesmos do passivo circulante, cuja obrigação é ter o vencimento após o término do exercício social seguinte ao encerramento do balanço, exceto as receitas diferidas, que são as receitas recebida antecipadamente, pertencentes a exercícios futuros, deduzidas de custos e despesas correspondentes a elas.

2.2.1.3. Patrimônio Líquido

Segundo Assaf Neto (2010), o patrimônio líquido corresponde à identidade contábil, medida pela diferença entre o total do ativo e os grupos do passivo exigível e o resultado de exercícios futuros. Os elementos que compõem o patrimônio líquido, segundo Ribeiro (2009), representam a origem dos recursos próprios (titular, sócios ou acionistas), ou da gestão normal do patrimônio (lucros ou prejuízos apurados). Pela Lei nº 11.638/07, os elementos que representam os capitais próprios são constituídos pelos seguintes subgrupos: capital social, reservas de capital, ajuste de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, reservas de lucros e prejuízos acumulados.

Para exemplificar as alterações no Balanço Patrimonial, têm-se dois quadros (quadro 3 e quadro 4), o primeiro refere-se a estrutura do balanço patrimonial antes da convergência das normas internacionais de contabilidade. Como segue abaixo:

Quadro 3 – Balanço Patrimonial segundo a lei nº 6.404/76

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponibilidades	Dupls. Pagar (Fornecedores)
Dupls. Receber (Clientes)	Salários/ Encargos a pagar
Aplicações Financeiras	Impostos a Recolher
Estoques	Empréstimos
Outros valores a realizar	Provisão para Imposto de Renda
Despesas do exercício seguinte	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Valores a Receber	Empréstimos
PERMANENTE	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Investimentos	Receitas (-) Despesas
Ações de empresas	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado	Capital Social
Terrenos, Prédios, Máquinas,	Reservas de Capital
Móveis, Veículos, etc.	Reservas de Reavaliação
Diferido	Reservas de Lucros
Despesas ativadas	Lucros (Prejuízos) Acumulados

PADOVEZE, 2010, p.56.

Já no quadro 4, pode-se notar como ficou o balanço patrimonial após a convergência contábil para os padrões internacionais. Como vemos a seguir:

Quadro 4 – Balanço Patrimonial segundo a lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponibilidades	Contas a Pagar (fornecedores)

Contas a Receber (clientes)	Salários/ Encargos a pagar
Aplicações Financeiras	Impostos a Recolher
Estoques	Empréstimos e Financiamentos
Outros valores a realizar	Dividendos a pagar
Despesas do exercício seguinte	
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo	Exigível a longo prazo
Contas a Receber (Clientes)	Empréstimos e Financiamentos
Impostos Diferidos	Impostos Parcelados
Investimentos	Provisões para Passivos Eventuais
Ações de Empresas	Receitas Diferidas
Ativo Imobilizado	Receitas (-) Despesas
Terrenos, prédios, máquinas,	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Móveis, veículos, etc.	Capital Social
Intangível	Reservas de Capital
Marcas e Patentes, Direitos Autorais	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Fundo de Comércio Adquirido	Reservas de Lucros
	Lucros (Prejuízos) Acumulados

PADOVEZE, 2010, p.58.

Com base nos quadros 3 e 4, nota-se algumas diferenças no balanço patrimonial nas contas do ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme descritos resumidamente nos tópicos que se seguem.

2.2.2. Resumo das principais mudanças

As principais mudanças promovidas nas demonstrações financeiras vêm da promulgação da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Tais alterações foram descritas e divididas em três principais contas do balanço patrimonial: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido. E podem ser assim resumidas:

a) Ativo:

Segundo o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). As mudanças no ativo são os seguintes:

- Classificação do ativo em: ativo circulante e ativo não circulante;
- Extinção da nomenclatura, ativo permanente, sendo substituído pela expressão ativo não circulante;
- Extinção do grupo realizável a longo prazo e consequente incorporação ao ativo não circulante como subgrupo;
- Criação do subgrupo Intangível no ativo não circulante;
- Registro das operações de arrendamento mercantil (leasing financeiro), como ativo.

Segundo ASSAF, 2010. p. 46:

- Vedada a prática de reavaliação de ativos de forma espontânea pelas empresas ;
- Valores de alguns ativos e passivos serão expressos a valor presente ;
- A depreciação dos ativos também deverá seguir o valor justo (*fair value*) do bem, menos o seu valor residual, levando em consideração a vida útil do bem;

Segundo PADOVEZE, 2010. p. 38:

- A utilização do valor justo (*fair value*), onde todos os ativos e passivos tenham seu valor justo diferente do contábil, deverá ser remensurada, ou pelo valor de mercado ora pelo valor determinado pelo fluxo de caixa descontado. Deverá ser usado aquele que for maior entre os dois tipos de avaliação
- Ao identificar que um ativo (estoques, imobilizado, intangíveis e investimentos) tem seu valor contábil superior ao valor justo, deverá ser feito um lançamento em despesa ou custo. Essa diferença entre esses valores é chamada de ajuste ao valor recuperável do ativo (*impairment*) e deve ser elaborado no final de cada exercício social (PADOVEZE, 2010. P. 38).

b) Passivo:

Segundo o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). As mudanças no passivo são os seguintes:

- Classificação do passivo em: passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido;
- Extinção do grupo exigível a longo prazo e posterior incorporação como subgrupo do passivo não circulante;
- Substituição da nomenclatura, resultados de exercícios futuros pela receitas (menos despesas) diferidas como subgrupo do passivo não circulante.

c) Patrimônio Líquido:

Segundo a Lei nº 11.638/07, as alterações que ocorreram no patrimônio líquido são os seguintes:

- Introdução ao grupo de patrimônio líquido à conta de ações em tesouraria;
- Extinção da conta de Lucros Acumulados, mantendo somente a conta Prejuízos Acumulados;
- Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital;
- Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente contabilizados em conta de Reserva de Capital.

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Para Silva (2001, p. 32), é nesta etapa que você irá definir onde e como será realizada a pesquisa. Define-se também o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma de tabulação e análise dos dados.

3.1. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS ANALISADAS

a) Vanguarda Agro S/A.

É pioneira na produção de biodiesel em escala comercial, além de ser uma das maiores produtoras brasileiras de combustível. Iniciou seu projeto em março de 2003, como empresa limitada, sob a denominação de Brasil Biodiesel, controlada pela Brasil Ecodiesel Participações S/A. Em 14 de agosto de 2006, a companhia se transformou em sociedade por ações, alterando sua denominação social Brasil Ecodiesel S/A. Em 2009, a companhia passou a se tornar uma companhia de capital pulverizado na Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). Em outubro de 2011, após a AGE, foi decidido mudar a razão social de Brasil Ecodiesel S.A. para Vanguarda Agro S/A (VANGUARDA, 2011).

b) HRT Participações em Petróleo S/A.

Empresa constituída em 2008, atualmente, possui duas subsidiárias: a IPEX *Integrated Petroleum Expertise Company* Serviços em Petróleo Ltda (constituída em julho de 2004) e a HRT O&G Exploração em Produção de Petróleo Ltda (constituída em julho de 2009). A IPEX é uma prestadora independente de serviços geológicos, geoquímicos e geofísicos para a indústria de petróleo e gás natural. Ela possui o foco nos mercados da América do Sul e África (HRT, 2011).

A HRT Participações em Petróleo S/A tem como atividades a exploração, produção, importação, exportação refino, comercialização e distribuição de óleo e gás natural. Tem como áreas de atuação a Bacia de Solimões, onde possui 51% dos blocos, e detém direitos em dois blocos no *Offshore* da Namíbia (BM&FBOVESPA, 2011).

c) OGX Brasil S/A.

A OGX Petróleo e Gás atua no setor de exploração e produção de óleo e gás natural, sendo responsável pela maior campanha exploratória privada em curso no Brasil. A empresa conta com um portfólio diversificado e de alto potencial, composto por 30 blocos exploratórios no Brasil, nas bacias de: Campos, Santos, Espírito Santo, Pará-Maranhão e Parnaíba; e 5 blocos exploratórios na Colômbia: Cesar-Ranchería, Vale Inferior do Madalena e Vale do Médio Madalena.

A Companhia, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de óleo e gás, nacionais ou estrangeiros, constituídos sob qualquer tipo societário (OGX, 2011). A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2010, segundo dados da BM&FBovespa, a seguinte estrutura societária:

- OGX Ltda., que detém 100% do capital da OGX Colômbia (sucursal);
- OGX Campos;
- OGX Maranhão;
- OGX International, que detém 100% do capital da OGX Áustria;
- OGX Netherlands.

d) OSX Brasil S/A.

Empresa constituída em 3 de setembro de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A OSX Brasil S/A. é a denominação social de Centennial Asset Corumbá Participação em Mineração S/A., atuando na participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras. O objeto social inclui a indústria naval, a alocação de equipamentos marítimos, e/ou prestação de serviços de consultoria,, e/ou operacionais destinados à indústria de óleo e gás (OSX, 2011)

Segundo informações das notas explicativas da empresa publicadas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2010, a OSX Brasil possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

- OSX Construção Naval S/A.

Anteriormente era designada como OSX Estaleiros S/A. Está sediada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e tem como objeto social as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil.

- Chalki Participações S/A.

Sociedade que tem como objeto social a administração de bens próprios, imóveis e móveis e a participação no capital de outras sociedades, no país e no exterior. Possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro, foi adquirida pela OSX Construção Naval e pela OSX Serviços Operacionais Ltda.

- OSX Serviços Operacionais Ltda.

Possui a sede na cidade do Rio de Janeiro. A empresa foi constituída em 25 de novembro de 2009, e tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

3.2 ETAPAS DO TRABALHO

3.2.1. Tipos de estudo

O presente trabalho se propôs a utilizar pesquisa bibliográfica, ou seja, a coleta de informações, conceitos e dados em livros, artigos, teses e *sites*. O método por sua vez será o exploratório e descritivo, com dados qualitativos e quantitativos, sistematizando os acontecimentos e fatos, procurando comparar a contabilidade antes e depois da obrigatoriedade das normas internacionais. Para demonstrar a coleta de dados, foram expostos quadros e tabelas, nas quais serão comparados os balanços patrimoniais do ano de 2005 a 2010, das empresas listadas na BM&FBovespa do setor de Petróleo, gás e Biocombustíveis.

3.2.2. Seleção da amostra

Como citados no item 3.1, foram coletados dados das seguintes empresas do setor de Petróleo, gás e Biocombustíveis:

- VANGUARDA AGRO S/A;
- HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S/A.;
- OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S/A.;
- OSX BRASIL S/A.

3.2.3. Coletas de dados

A presente pesquisa utilizará como fonte de dados as demonstrações contábeis disponíveis na base de dados da Economática, juntamente com as publicações do *site* da Bovespa do ano de 2005 a 2010.

4. PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

Após passar pelo processo da coleta de dados, foi aplicada a análise das demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao Novo Mercado da BM&Fovespa, por empresa e por grupo de empresas, no período correspondente ente (2005 a 2010). Estas

empresas publicaram suas demonstrações em conformidade com as IFRS, procurando assim demonstrar e comparar as informações para uma melhor interpretação dos dados.

Segundo Ludke (2001), para apresentar os dados de forma clara e concisa, o pesquisador terá que rever suas idéias e reavaliá-las, relacionando os dados coletados ao estabelecimento de conexões que possibilitem a explicação e interpretação esperada.

4.1. TÉCNICAS DE ANÁLISE

- Reconhecimento e verificação das alterações com base na teoria;
- Caracterização de acordo com a adoção ou não das NIC;
- Demonstração da alteração das normas por meio de gráficos.

4.2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.2.1. Vanguarda Agro S/A

Esta empresa não possui reserva de lucros. No entanto, percebe-se que a mesma está utilizando parte de seus lucros para pagar os financiamentos a longo prazo, como se pode notar na figura 1, o aumento do endividamento no passivo não circulante e sua redução posteriormente.

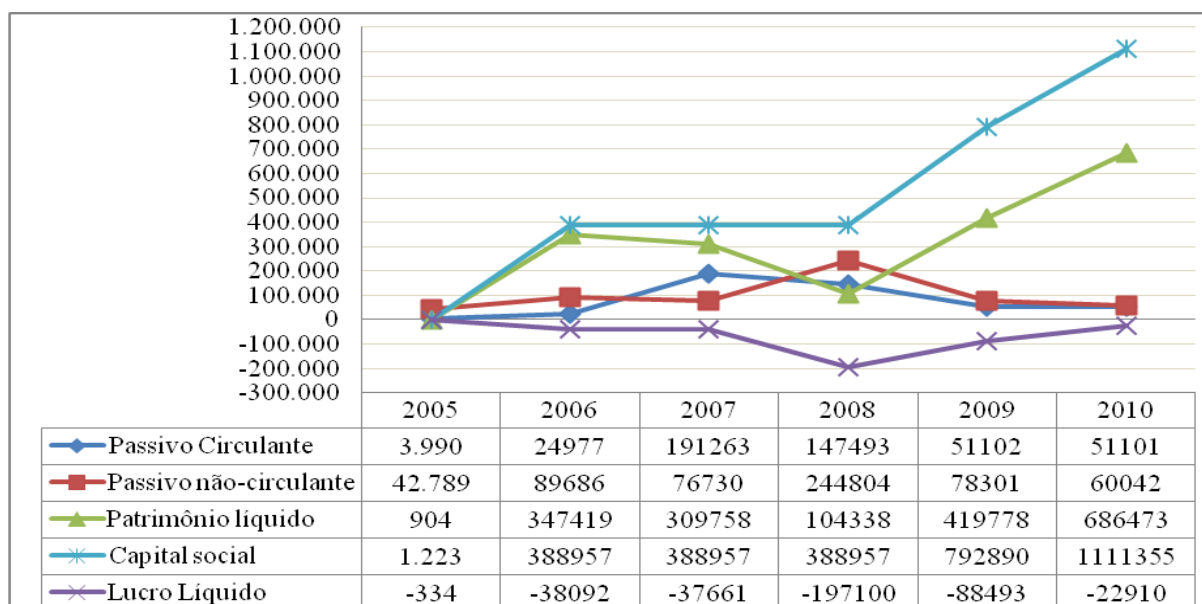


Figura 1 - Composição do passivo da Vanguarda Agro S/A. - Valores em Reais

FONTE: elaborado pelo autor.

A empresa, no ano de 2010, aumentou o valor das reservas de capital passando de R\$ 15.000 mil para R\$ 2.107.000 milhões de reais, aumento este muito grande visto que a empresa, não pode reter seus lucros, mas sim também distribuir para a reserva de lucros e para o pagamento de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

Em 2008, o aumento do passivo não circulante em relação a 2007 ocorreu devido às contratações de empréstimos de longo prazo, aumento este de mais de 500%. Percebe-se que tal fato fez o resultado da empresa cair os mesmos 500% em 2009. Isto fez a empresa ter um maior custo de financiamento em relação aos outros anos e, conseqüentemente, a queda do lucro. Outro fator importante é a redução do patrimônio líquido no mesmo período, explicado facilmente pela queda do lucro/prejuízo acumulado da empresa, a qual puxou o resultado do patrimônio líquido do mesmo montante para baixo.

Se comparar o passivo circulante de 2007 com o passivo não circulante de 2008, verifica-se que, em 2007, o aumento de empréstimos foi maior se comparado ao ano seguinte. As diferenças estão no prazo de pagamento em 2007 de curto prazo e longo prazo. No ano seguinte, a outra diferença que resulta em alterações no lucro, está relacionada ao prazo de pagamento dos empréstimos: no curto prazo pode-se perceber que o lucro (prejuízo acumulado) se manteve quase o mesmo do ano anterior; já no longo prazo ocorreu o contrário, o aumento no lucro (prejuízo acumulado) foi superior a 500%, comparado ao lucro líquido do ano de 2007 para o ano de 2008.

4.2.2. Hrt Participações em Petróleo S/A

Como se pode observar na figura 2, a empresa é nova no segmento, iniciou suas operações a partir do segundo semestre de 2009.

No ano de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, dentro do limite autorizado, no montante de R\$ 2.326.546 bilhões de reais. Este pode ser considerado um aumento extremamente alto, em relação a 2009, o qual possuía um capital social de R\$ 4.720 milhões de reais. Nos mesmos valores, o patrimônio líquido da empresa passou de 2009 a 2010, por um aumento superior a 600%, saindo de R\$ 406.866 milhões para R\$ 2.660.457 bilhões de reais.

A empresa não possui empréstimos e financiamentos de longo prazo. Em outras palavras, o passivo não circulante se encontra inalterado. Neste caso, fica evidente que a

empresa aloca seus lucros (prejuízos acumulados), no passivo circulante com empréstimos de curto prazo e nas reservas de capital. Vale salientar que a empresa, apesar de sua idade, iniciou suas demonstrações financeiras nos moldes internacionais, pelo menos nos itens descritos acima.

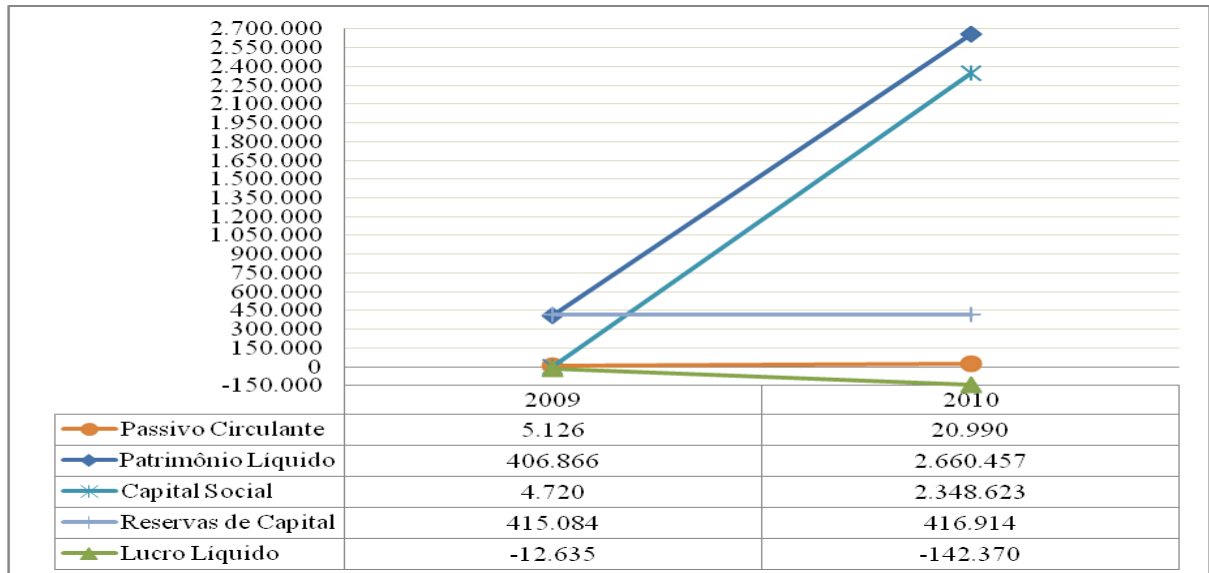


Figura 2 – Composição do Passivo da HRT S/A. - Valores em Reais

FONTE: elaborado pelo autor.

A empresa em suas notas explicativas demonstrou que as novas normas permitiram diminuir o prejuízo de (47.346) para (12.635). Este fato se deu devido à redução das reservas de capital, mais especificamente na conta de ágio na emissão de ações.

Na figura 3, vê-se que o prejuízo de 2009 ficou reduzido, em porcentagem significa dizer que a redução passou de 300%.

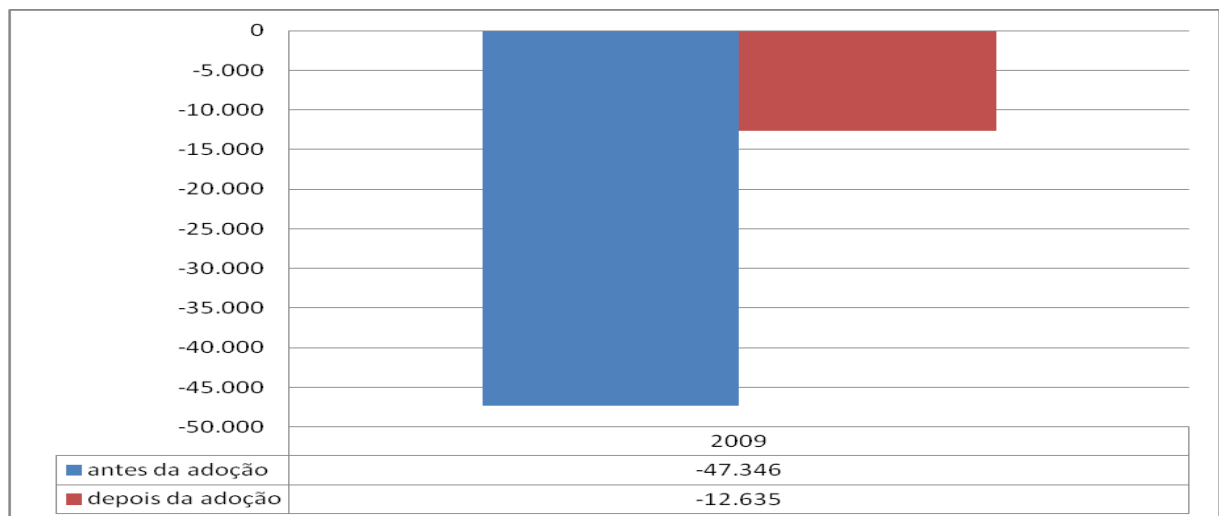


Figura 3 – Demonstração do lucro líquido da HRT S/A, antes e depois da adoção das IFRS. - Valores em Reais.

FONTE: elaborado pelo autor.

4.2.3 Ogx Brasil S/A

O primeiro ponto analisado, perceptível na figura 4, é o grande aumento no capital social e patrimônio líquido em 2008, graças ao grande número de ações emitidas. A empresa não possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo para o período analisado.

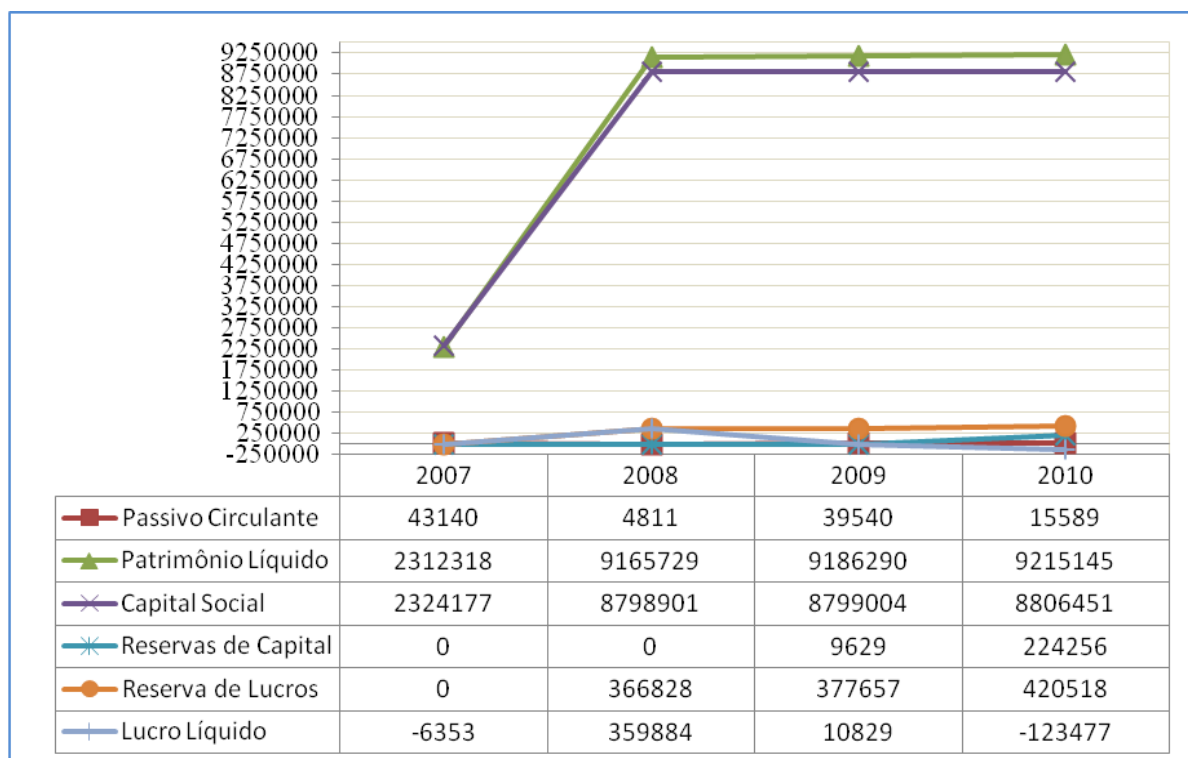


Figura 4 – Composição do Passivo da OGX S/A. - Valores em Reais.

FONTE: elaborado pelo autor.

Nota-se que a OGX, a partir de 2008, começou a distribuir o lucro na conta de reservas de lucros, mantendo a mesma proporção nos anos seguintes. Já a distribuição para reservas de capital somente teve início em 2009, quando se tornou obrigatório nos balanços. Esta distribuição foi de R\$ 9.629.000,00, passando para R\$ 224.256.000,00 em 2010.

É notável a opção da empresa em optar por distribuir o lucro para as contas de reservas apresentadas na figura 4, não destinando parte de seus lucros para eventuais pagamentos de empréstimos e financiamentos.

Na figura 4, pode-se notar que os dados das contas do passivo, estão sem atualização das normas IFRS. Já na figura 5, vê-se um comparativo de como ficaria a distribuição do lucro (prejuízo acumulado) para as contas de reservas de lucros e de capital da empresa, antes e depois da adoção das normas internacionais. Entende-se que a empresa elaborou seus

balanços no modelo antigo, mesmo com as Leis nº. 11.638/07 11.941/09 e CPCs em vigor. O mesmo foi justificado nas notas explicativas no início deste ano.

Com a atualização das demonstrações financeiras às normas internacionais, a conta reserva de lucros teve seus valores reduzidos e uma parte transferidos para a conta de reservas de capital. Como podemos ver na figura abaixo:

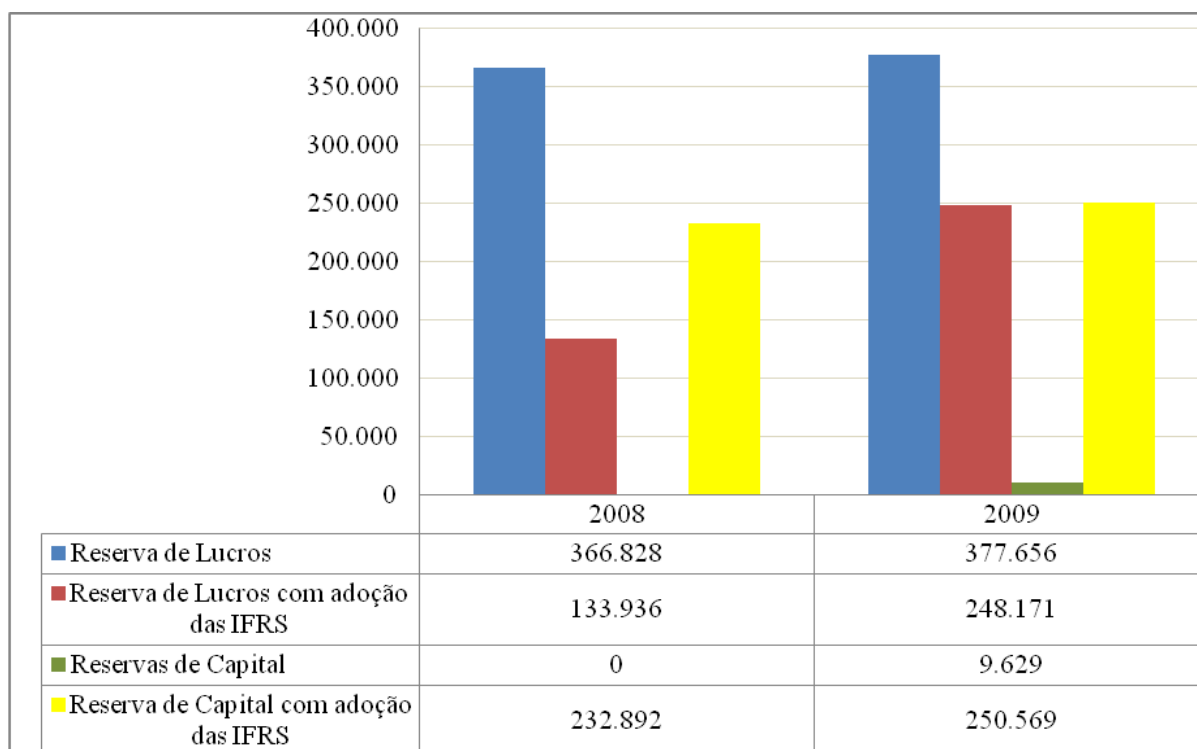


Figura 5 – Diferença entre as reservas de lucro e de capital da OGX S/A, antes e depois das IFRS. - Valores em Reais.

FONTE: elaborado pelo autor.

Na figura 5, também se observa um aumento muito expressivo nas contas de reservas de capital e uma redução nas reservas de lucros da empresa OGX, quando se adota as IFRS. As reservas de lucros, principalmente no ano de 2008, foram as mais expressivas, onde os valores passaram de R\$ 366.828 milhões para R\$ 133.936 milhões de reais. Em 2009, houve uma redução na diferença entre as normas, ainda assim percebe-se que a empresa não reduziu os valores de suas reservas de lucros como determina a lei, mas sim a aumentou.

4.2.4 Osx Petróleo e Gás Participações S/A

O primeiro detalhe a ser notado na figura 6, é em relação ao ano de 2010, onde nota-se um grande aumento nas contas de passivo circulante, patrimônio líquido e capital social. O aumento de 950% do passivo circulante se deve ao aumento de financiamentos por arrendamentos na ordem de 900% e, também devido, a aumentos em outras obrigações, dentre elas: a trabalhista, representando os outros 50% do aumento. Com isso, vê-se que a empresa utiliza de financiamentos de curto prazo para pagamentos no mesmo exercício social.

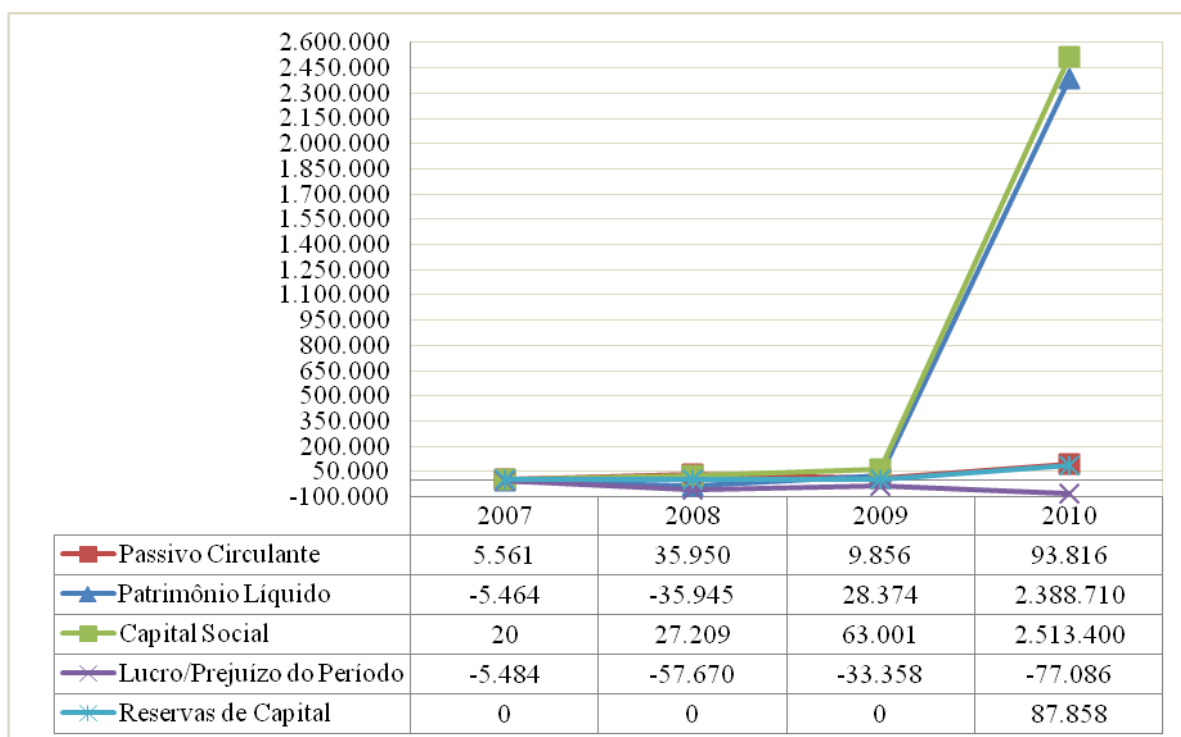


Figura 6 – Composição do Passivo da OSX S/A. - Valores em Reais.
FONTE: elaborado pelo autor.

No patrimônio líquido e Capital Social, o aumento refere-se à emissão de novas ações ordinárias emitidas pela empresa. A empresa, no ano de 2010, adotou as IFRS, no que se refere à distribuição do lucro (como não se deve mais reter o lucro, a empresa distribuiu parte deles para as reservas de capital). Nas contas de reservas de lucro, empréstimos e financiamentos de longo prazo, não há distribuição do lucro/prejuízo, no período analisado.

4.3. APLICAÇÕES DAS NOVAS NORMAS PELAS EMPRESAS

Após a análise dos balanços, notas explicativas e de outras demonstrações, verificou-se, de forma resumida, como está a aplicação das novas normas de contabilidade.

PRÁTICAS CONTÁBEIS ANALISADAS	EMPRESAS				MÉDIA DE UTILIZAÇÃO
	V- AGRO	HRT	OGX	OSX	
AÇÕES EM TESOURARIA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0%
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	SIM	SIM	SIM	SIM	100%
DEMONSTRÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	SIM	SIM	SIM	SIM	100%
ESTRUTURA DAS CONTAS PATRIMONIAIS	SIM	SIM	SIM	SIM	100%
LUCROS ACUMULADOS	SIM	SIM	SIM	SIM	100%
RESERVAS DE CAPITAL	SIM	SIM	SIM	SIM	100%
RESERVAS DE LUCROS	NÃO	PARCIAL	SIM	NÃO	35%
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	0%
TOTAL DE UTILIZAÇÃO (%)	63%	68%	75%	63%	67%

Quadro 5 – Resumo da Aplicação das Normas.

FONTE: elaborado pelo autor.

Nota-se no quadro 5, que cinco dos oito itens analisados já estão sendo introduzidos em todas as empresas analisadas. Por outro lado, dois dos oito itens analisados não estão sendo utilizado pelas empresas, até o último exercício social, que são a conta ações em tesouraria e a conta reservas de reavaliação. A conta reserva de lucros é utilizado pela metade das empresas. Percebe-se que a empresa OGX possui um maior nível de adequação, chegando a 75%, ou seja, somente dois itens analisados não estão adequados às novas exigências.

Na conta de reservas de lucros da empresa HRT, foi verificado o seguinte fato: em 2009 a empresa tinha como saldo da conta o valor negativo de R\$ -303.000,00, proveniente da venda de ações em tesouraria. Já em 2010, a empresa não utilizou tal conta, caracterizando assim uma utilização parcial da mesma.

Após a introdução da conta ações em tesouraria no grupo do patrimônio líquido, vê-se que nenhuma empresa analisada a utilizou.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho é um estudo do seguinte problema de pesquisa: Quais as alterações de reconhecimento de passivo e patrimônio líquido que influenciaram a estrutura de capital das empresas do ramo petrolífero pertencentes ao novo mercado da BM&FBovespa, após a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais de contabilidade?

Para encontrar a resposta da referida questão, buscou-se analisar o estágio de adequação das normas internacionais de contabilidade, avaliando as informações contábeis divulgadas, relativas aos exercícios sociais de 2005 a 2010.

Baseando-se em comparativo das contas contábeis do passivo, mostrando assim a evolução das empresas à adequação às IFRS. E de acordo com as informações coletadas e interpretadas por meio de gráficos, verificou-se que uma parte das alterações provinha das notas explicativas. Deixou-se a impressão de que as empresas não tiveram tempo para demonstrar tais informações em seus balanços.

Com base nos resultados obtidos, viu-se que em relação à distribuição do lucro, para as reservas de lucro, apenas uma das empresas analisadas o distribuiu para esta conta, representando apenas 25% das empresas. Já a distribuição para a conta de reservas de capital foi a que obteve 100% de utilização pelas empresas em exercício no ano de 2010, com duas delas começando a distribuição somente no último exercício. Ainda em relação à distribuição do lucro, outro ponto analisado foi a utilização de parte destes para o pagamento de empréstimos ou financiamentos das empresas analisadas. Constatou-se que metade das empresas optou por contrair empréstimos de curto e longo prazo.

Em relação aos resultados encontrados, chegou-se a conclusão de que as empresas analisadas estão no mesmo sentido de adequações para as novas normas. Percebeu-se isto no quadro 5, o qual mostra que embora haja uma ou outra mudança nos índices, tais adequações chegam na média de 67%. A adequação para as novas normas fez com que algumas das empresas analisadas obtivessem uma maior lucratividade.

Ainda, este estudo limitou-se à pesquisa quantitativa de natureza descritiva. Visando ampliar tal ponto de vista, a sugestão para que os próximos trabalhos sejam realizados com uma amostra maior e em outros segmentos da economia em busca de resultados diversificados e comparativos a este.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEDB. Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade. Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/artigos09/58>>.

ALEXANDRE, Reginaldo. Normas contábeis: A Necessidade de Convergência. Revista RI, Nº111 p. 4. IMF ed. Rio de Janeiro: maio de 2007. Disponível em: <<http://www.revistari.com.br/arquivo/PDF/RI-111.pdf>>. Acessado em: 10 de setembro de 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, A. F., SIQUEIRA, B. S., NOVAES, J. F. e FIGUEIREDO, D.M.. **Estrutura de Capital: Uma estratégia para o endividamento ideal ou possível**. XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 de outubro a 01 de novembro de 2005.

BM&FBOVESPA. Disponível em <http://www.bm&fbovespa.com.br>>. Acessos entre julho a outubro de 2011.

CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. **Normas e Padrões de trabalhos acadêmicos**. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2007.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira. **Teoria da Contabilidade: Abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

Comitê de pronunciamentos contábeis. Sobre os pronunciamentos contábeis. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acessado em: 28 de agosto de 2011.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Sobre a convergência das normas internacionais. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acessado em: 18 de maio de 2011.

Contabilidade introdutória. Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; Coordenação de Sérgio de Iudícios. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CVM Nº 469, DE 2 DE MAIO DE 2008, sobre a aplicação da lei 11.638/07. Disponível em <<http://cmv.gov.br>>.

HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A. Disponível em:< <http://www.hrt.com.br>>. Acessos entre julho a outubro de 2011.

International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em: < <http://www.ifrs.org/Updates/IASB+Updates.htm>>. Acessos entre julho a outubro de 2011.

IBRACON. **Normas Internacionais de Contabilidade: texto completo de todas as Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretação (SIC) existentes em 1º janeiro de 2001/IBRACON.** São Paulo. 2001, p. 11 a 18.

International Financial Reporting Standards (IFRS). Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acessado em: 25 de outubro de 2011.

MADEIRA, Geová José. **Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade brasileira.** Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, ano V, n. 16, p. 06-14, out. / dez. 2004.

OGX. Disponível em:< <http://www.ogx.com.br>>. Acessado entre julho a outubro de 2011.

OSX BRASIL S.A.. Disponível em:< <http://www.osx.com.br>>. Acessos entre julho a outubro de 2011.

OLIVEIRA, L.; ANTONIALLI, L. M. **Uso da estrutura de capital por empresas agroindustriais**. Revista Organizações Rurais e Agroindustriais. V.6, n.2, julho/dezembro 2004. p. 134-148.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços fácil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral fácil**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva 2010.

SÁ, A. Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia **da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 2ª ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao>>

VANGUARDA AGRO S/A. Disponível em:<<http://www.vanguardaagro.com.br>>. Acessos entre julho a outubro de 2011.